

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Alegações ao Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (PGRHT) apresentadas pelo proTEJO – Movimento Pelo Tejo

INTRODUÇÃO

As presentes alegações constituem a contribuição do proTEJO no processo de participação pública sobre o projeto de Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (PGRHT) e consistem num conjunto de propostas estruturadas nos seguintes vetores de análise:

1. Princípio de Unidade de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo

No âmbito deste vetor, propomos:

- a) Um Plano único da bacia (internacional) do Tejo;
- b) Uma coordenação mais eficaz das administrações hidrográficas de Portugal e Espanha;
- c) Uma uniformização de abordagens, processos e metodologias, em particular nos seguintes aspetos:
 - Avaliação do Estado Ecológico (indicadores biológicos - diatomáceas / macroinvertebrados bentónicos / peixes – e indicadores geomorfológicos);
 - Determinação das condições de referência para avaliação do estado ecológico cada tipo de rio/ massa de água.
- d) Falta de integração dos impactos da gestão da Bacia do Tejo em Espanha no estado ecológico do Tejo em Portugal;
- e) A não simultaneidade dos processos de participação pública, demonstra quanta a nós uma dessincronização da gestão das administrações hidrográficas de Portugal e de Espanha

2. Avaliação do estado ecológico e propostas de medidas para alcançar o bom estado ecológico até 2015

No âmbito deste vetor, propomos:

- a) Uma apresentação simplificada dos troços de rio analisados integrando:
 - a indicação das massas de água correspondentes;
 - a avaliação do estado ecológico;
 - a listagem de indicadores físicos-químicos, biológicos e hidromorfológicos;
 - a informação sobre o impacto do indicador na avaliação do bom estado ecológico.
- e) Quanto ao regime de caudais ecológicos, deverão ser acionadas as seguintes medidas:
 - Definição dos parâmetros necessários à sua determinação;
 - Definição das medidas necessárias para a sua manutenção

3. Rede de monitorização da bacia hidrográfica do Tejo

No âmbito deste vetor, propomos:

a) Que sejam disponíveis para utilização pública e em tempo real, os dados relativos aos seguintes indicadores:

- Caudal sólido;
- Quantidade (hm3 e m3/segundo) / Cumprimento Caudais Ambientais;
- Indicadores do Estado Ecológico;
- Radiológico;
- Massas de água transfronteiriças.

b) Integração das redes de monitorização de Portugal e Espanha (SNIRH e SAIH);

4. Pressões da poluição

No âmbito deste vetor, propomos:

a) Que as águas residuais urbanas (ARU), sejam objeto de:

- Gestão integrada das ETAR's;
- Supervisão do funcionamento das ETAR;
- Adaptação dos modelos de ETAR à função e local (FitoETAR, etc..);
- Reformulação do PEASAAR;
- Alinhamento dos critérios de rejeição de efluentes e de eficiência de remoção definidos para cada ETAR com os objetivos estabelecidos para o estado ecológico das respetivas massas de água;

b) Reformulação dos Projetos dos Efluentes Agro – Industriais;

c) Reformulação do ENAPAI quanto aos Efluentes da Pecuária;

d) Aplicação do Protocolo de Quioto quanto à Produção de Energia Térmica;

e) Manutenção de um caudal mínimo ecológico, previamente definido, perante a imposição de um caudal energético necessário à produção de Energia Térmica e Nuclear.

5. Gestão das obras hidráulicas (barragens / açudes / transvases)

No âmbito deste vetor, propomos:

a) Estabelecimento de medidas e regulamentação, para:

- Garantir a conectividade fluvial e caudais ambientais (objetivo – conservação dos ecossistemas aquáticos / reprodução e migração das espécies piscícolas / garantir os usos sociais e de lazer das populações ribeirinhas);
- Gerir o Regime de descargas de fundo com libertação de caudal sólido;
- Evitar os Impactos sobre a costa litoral (erosão) e o estuário do Tejo;

b) Incentivo à produção de energia em micro hídricas, preservando o património de açudes, azenhas desativados;

c) A audição dos cidadãos, associações e instituições afetadas pelos projetados Aproveitamento Hidroelétrico de Martinchel, a ser construído a dois quilómetros a montante da praia fluvial de Constância, entre esta vila e a barragem do Castelo de Bode com o limite da sua cota na estrada que rumo a Martichel, que terá graves impactos negativos como sejam:

- a inviabilização das descidas de canoa no rio Zêzere, a atividade turística com maior procura na nossa região de que dependem muitas empresas e postos de trabalho, associados à canoagem, ao lazer, à restauração e à hotelaria, entre outras;
- a perda de património cultural com a submersão de um valioso património do estaleiro naval dos templários, recentemente descoberto e ainda por estudar;
- os danos ambientais derivados da descontinuidade fluvial que interromperá as rotas migratórias das espécies piscícolas com destino aos rios Zêzere e Nabão; e
- o acentuar da falta de caudais no rio Tejo em consequência da redução do caudal de chegada à foz do rio Zêzere.

Nota: Registamos a incoerência do lançamento do concurso de mini hídricas antes da publicação do PGRHT.

6. Integração da conservação dos recursos hídricos nos instrumentos de gestão do território

No âmbito deste vetor, propomos:

a) Valorização dos Recursos Hídricos

- Promovendo no PDM as medidas constantes no P.N.E.U.A. conforme determinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 5/2011;
- Salvaguarda de valores geomorfológicos;
- Salvaguarda do Domínio Público Hídrico;
- Apresentação de medidas de proteção e mitigação em áreas ameaçadas pelas cheias;
- Critérios de ocupação e edificabilidade nas margens dos rios;

b) Drenagem (Linhas de água, afluentes)

- Promover, no início de cada ano hidrológico, a limpeza e desobstrução das linhas de água de modo a promover o escoamento dos caudais de modo a impedir a acumulação.
- Renaturalização e valorização ambiental e paisagística das margens e áreas envolventes;
- Estabelecer que o sistema de drenagem pluvial e natural é canalizado para áreas de acumulação, onde poderá ser usado para rega, entre outros usos.
- Incluir na malha urbana, áreas não edificadas que sirvam como área de infiltração das águas pluviais, minimizando as inundações.

c) Movimentos de vertente.

- Identificar as áreas susceptíveis de ocorrerem movimentos de massa;
- No sentido de minimizar este fenómeno dever-se-á promover as alterações do coberto vegetal que sustentam as vertentes, alteração da topografia, colocação de aterros, obras ou outras atividades que produzam risco de movimentos de massa.

7. Articulação do PGRHT com os Planos de Gestão e Ordenamento do Território (PDM, POT, PO Estuário do Tejo) e Planos Estratégicos Sectoriais (Agricultura, Pesca – ex: Enguia, Floresta, Uso Solo, Polis Tejo, etc.)

No âmbito deste vetor, propomos:

a) Articulação do PGRHT com outros planos:

- Procurar cumprir os objetivos dos planos (PGRH Tejo; AAE);
- Inserir as ações nos diversos planos de ordenamento do território de modo a serem implementadas no terreno. Ou seja, procurar articular o PSECT que foi elaborado bem como o respectivo plano ambiental, na elaboração dos planos que, hierarquicamente, estão abaixo deste (ex.: PMOT), implementando as soluções apresentadas.
- Promover uma articulação e a elaboração de um Plano Transfronteiriço no sentido de promover um correto ordenamento do território e das águas que comprometa os dois países, tendo como pano de fundo a defesa do Rio Tejo e respetiva bacia hidrográfica.

b) Atividades Agrícolas

- Estabelecer a delimitação de espaços agrícolas;
- Promover a arborização das vertentes e áreas contíguas ao leito do rio de modo a fixar as vertentes e promover a produção de biomassa. Procurar salvaguardar os valores e recursos naturais. As espécies autóctones deverão ser uma constante no processo de arborização;
- Escolha das espécies arbóreas nas vertentes dos rios;
- Monitorizar constantemente o risco de incêndio;
- Ativar boas práticas na prevenção da erosão do solo. Estabelecer medidas corretivas caso não seja possível evitar este fenómeno;
- Privilegiar boas práticas culturais e modelos de silvicultura;
- Fomentar uma agricultura ecológica, protegendo assim os recursos hídricos. A nova PAC protege esse tipo de agricultura;
- Identificar claramente as áreas de REN, RAN proibindo, de acordo com a legislação em vigor, práticas abusivas.

c) As Margens do Tejo

- Fomentar as atividades económicas tradicionais, de modo a promover a manutenção da memória coletiva em relação ao rio;
- Incentivar as práticas desportivas junto ao rio equipando as áreas para o efeito com os respectivos equipamentos. Reequacionar a circulação pedonal nas margens do rio;
- Requalificar e utilizar os edifícios que poderão fazer parte da história do rio, apresentando valor patrimonial;
- Estabelecer regras de edificabilidade de modo a não lesar o interesse paisagístico

d) Áreas Ameaçadas por Cheias ou Inundações

- Delimitação das áreas ameaçadas por cheias / inundações;
- Incluir estas áreas nos polígonos de servidões e restrições de utilidade pública proibindo a edificação.
- Estabelecer planos que minimizem os efeitos deste fenómeno;
- Utilização sustentável da água compatível com utilização e uso do solo.
- Corredores ecológicos.

8. Gestão da Extração de Inertes

No âmbito deste vetor, propomos:

a) Elaboração de um Plano de Gestão da Extração de Inertes, que evite:

- O assoreamento e garanta a navegabilidade;
- O Impacto sobre a costa litoral (erosão) e no estuário do Tejo;

b) Uma fiscalização mais eficaz sobre a exploração da extração de inertes.

9. Ação de Fiscalização da ARH Tejo (SEPNA / GNR)

No âmbito deste vetor, propomos uma fiscalização com capacidade de reposta, eficaz e eficiente, sobre:

- Respeito pelo domínio hídrico;
- Pesca junto a açudes e barragens;

10. Património cultural das populações ribeirinhas

No âmbito deste vetor, propomos:

- a) Apoio e preservação da pesca tradicional na bacia do Tejo, nomeadamente, da Cultura Avieira e da pesca tradicional no rio Tejo na Ortiga;
- b) Incentivos à preservação das embarcações tradicionais (profissão calafate, código de conduta dos tripulantes do Estuário do Tejo, regulamento das Embarcações Típicas do Tejo).

11. Convenção de Albufeira (CA)

No âmbito deste vetor, propomos:

O cumprimento integral da Convenção de Albufeira com a respetiva emenda aprovada na Conferência das Partes, de Madrid em 2008, visando essencialmente:

- a) O estabelecimento de indicadores do estado ecológico das massas de água transfronteiriças;
- b) A avaliação do estado ecológico no relatório sobre o cumprimento da CA;
- c) c) A determinação de caudais ambientais nos vários troços de rio e na chegada à foz em função do objetivo de estado ecológico;
- d) A aproximação do caudal ambiental ao caudal instantâneo (duplicação dos atuais caudais trimestrais e semanais para alcançar 80% do caudal anual);
- e) A quantificação dos caudais ambientais em hm³ e m³/ segundo;
- f) Instaurar sanções por incumprimento da Convenção de Albufeira de carácter financeiro e ambiental, em termos de restauração fluvial.

12. Avaliação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo

No âmbito deste vetor, propomos:

- a) A avaliação periódica dos resultados das medidas aplicadas no âmbito do PGRH do Tejo;
- b) A publicitação da avaliação periódica para consulta dos cidadãos da bacia do Tejo e das Organizações Não Governamentais.

Bacia do Tejo, 28 de Fevereiro de 2012